

A AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO PANTANEIRA: O PRODEPAN

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa*

RESUMO:

A região pantaneira, uma das mais antigas áreas de produção pecuária do oeste brasileiro, caracterizou-se, por mais de dois séculos, como uma área de economia tipicamente extensiva, cujo dinamismo esteve, quase que totalmente, à margem de qualquer programa de políticas públicas de incremento à produção, situação esta, que começou a ser modificada na segunda metade do século XX, mediante a preocupação do Governo Federal em expandir e incorporar áreas inexploradas e pouco produtivas à economia de mercado. Dentro desta nova concepção o Pantanal passou a contar com políticas específicas que oportunizaram a ação direta do poder público na região.

Palavras Chaves: Pantanal; Políticas Públicas, Economia Pantaneira, Prodepan

INTRODUÇÃO

Os últimos anos da década de 1950 foram marcados por tomadas de decisões estratégicas no plano governamental as quais, na condição de diferentes políticas públicas, provocaram expressivas modificações na expansão da fronteira econômica do país. Neste contexto, teve início a construção da nova capital do país no planalto central e articulada a abertura das grandes rodovias de integração nacional. Desta forma, as regiões Centro-oeste e Norte do Brasil passaram a ser consideradas como opção de avanço do capital.

Nos anos seguintes, a política adotada pelo governo, privilegiando o crédito rural, incentivos fiscais, subsídios na compra de insumos e equipamentos e garantias à propriedade privada, entre outras, consistiu em verdadeira bateria de incentivos com os quais empresários do Sul e Sudeste do país, bem como estrangeiros, se sentiram estimulados a adquirir terras nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil compradas do governo a preços irrisórios, favorecendo a rentabilidade do investimento.

* Professora, Doutora do Departamento de Geografia - ICHS - UFMT.

Ainda neste período, foram tomadas outras medidas voltadas para a rápida valorização das terras da nova fronteira. Assim, em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, e, em 1967, a Superintendência de desenvolvimento do Centro-oeste SUDECO. Além disso, teve início a abertura de estradas pioneiras, como as BR 364, 070 e 163 que possibilitaram as ligações regulares com outros estados da federação.

Na década de 1970, objetivando acelerar ainda mais o processo ocupacional dessas áreas, o governo federal, compatibilizando com as premissas do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, lançou inúmeros programas de desenvolvimento regional que foram vinculados à SUDECO e à SUDAM, muitos dos quais repercutiram ou foram dirigidos especialmente para Mato Grosso, dentre os quais destaca-se: PROTERRA e o PRODOESTE criados em 1971; o PRODEPAN e o POLOAMAZÔNIA, em 1974; o POLOCENTRO e o PROÁLCOOL e, 1975 e muitos outros. Dentre estes, destaca-se o Programa especial de desenvolvimento do Pantanal, PRODEPAN, cujas ações recaíram especificamente na área pantaneira.

A POLÍTICA DO PRODEPAN

A preocupação em integrar Mato Grosso ao sistema produtivo Nacional levou inúmeros órgãos públicos, federais e Estaduais, a realizarem estudos visando a criação de programas voltados para regiões específicas do Estado, entre elas o Pantanal.

Com este propósito, a partir de 1971, os Ministérios do Interior, Transportes, Agricultura, Minas e Energia, secretaria de Planejamento da Presidência da República e Governo do Estado, empreenderam vários estudos que levaram à recomendação da criação de um Programa Especial de Desenvolvimento para o Pantanal PRODEPAN, oficializado em 2 de maio de 1974, que oportunizaria a ação direta do Poder Público no Pantanal como forma de estimular a iniciativa privada.

Este programa teve sua origem respaldada na elaboração de dois estudos específicos: O Relatório de Diretrizes Básicas para o Programa de Desenvolvimento do Pantanal do antigo Estado de Mato Grosso, realizado pelo Banco Central, Ministério da Agricultura e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, e pelo Estudo do Sistema Rodoviário

Coletor do Pantanal, realizado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes GEIPOT e pela CODEMAT.

O PRODEPAN tinha como objetivo básico a execução de um elenco de projetos destinados a dotar a região pantaneira, a médio e longo prazo, de condições que permitissem a maximização de seus amplos recursos, levando assim a área a integra-se ao processo desenvolvimentista nacional.

Os programas desenvolvidos dentro do PRODEPAN podem ser, de acordo com o MINTER, (1978), resumidos nos seguintes itens:

- TRANSPORTES voltado para a implantação de malha rodoviária e melhoria da navegação e vias férreas.
- SANEAMENTO Construção de plataformas de refúgios; Perfuração de poços; Construção do canal de Paiaguás; Construção da Barragem de Manso e do Polder de Corumbá; e Estudos do comportamento hidrológico do pantanal e de regularização dos cursos d'água.
- ENERGIA Projetos de geração, transmissão, distribuição e transformação de energia.
- INDUSTRIALIZAÇÃO - estudos de oportunidades industriais; instalação de distritos industriais e implantação do frigorífico de Corumbá.
- DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA Pesquisa, experimentação e assistência técnica ao produtor rural.

A partir de 1977, os programas do PRODEPAN estenderam-se aos setores de desenvolvimento social e recursos naturais. O programa de desenvolvimento social voltou-se ao apoio da educação rural e capacitação da mão de obra pantaneira, dividido em quatro sub-programas: Apoio ao sistema rural; centro de Treinamento rural; Treinamento para pessoal da navegação e Centro Universitário de Corumbá. O programa de recursos naturais voltou-se, basicamente, para a preservação da fauna e da flora.

CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

PROGRAMA DE TRANSPORTES

a) Rodoviário

Possivelmente este foi um dos programas que mais atingiu o pantanal do atual Estado de Mato Grosso, cuja obra mais expressiva foi a Rodovia Transpantaneira, construída em 1977, que ligou Poconé a Porto Jofre, com extensão aproximada de 144km. As demais estradas construídas ou ainda restauradas, foram todas no pantanal do Sul, quase sempre fazendo ligação com Corumbá, totalizando cerca de 500 Km.

b) Navegação Fluvial

Por intermédio deste Sub-programa foram desenvolvidos dois projetos beneficiando diretamente o pantanal do Sul, envolvendo algumas melhorias no Porto de Ladário e a implantação do Centro de Reparos Navais de Corumbá.

c) Ferroviário

Embora pudesse ter se tornado um dos programas mais expressivos da região, em termos práticos, limitou-se a fazer reparos na linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no trecho entre Corumbá e Campo Grande.

PROGRAMA DE SANEAMENTO

Este programa envolveu inúmeras obras, quase todas do pantanal do Sul, conforme se pode observar no elenco seguinte : perfuração de poços tubulares - (MS); construção do Canal de Paiaguás, (MS); construção de 15 plataformas para embarque de gado, ao longo dos rios Paraguai e São Lourenço - (MT-MS); construção do pôlder hidroagrícola de Ladário - Corumbá - (MS) e manutenção da rede hidrométrica do pantanal para previsão de cheias - (MT-MS).

PROGRAMA DE ENERGIA

Objetivou a geração, transformação e transmissão de energia através da substituição de sistemas de geração ineficientes e operados a diesel, viabilizando o aproveitamento industrial das matérias-primas locais e o atendimento à população dos núcleos urbanos da região.

A) Sub-programa de Transmissão:

Atendeu basicamente as linhas Coxim Rio Verde (MS) e Poconé-Cáceres;; Cuiabá-Varzea Grande e Varzea Grande-Poconé, todos em Mato Grosso.

b) Sub-programa de transformação:

Voltou-se a implantação de sub-estações rebaixadoras de energia nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé e Cáceres, todos em Mato Grosso.

c) Sub-programa de Geração

Atuou na unidade térmica de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul.

PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

As medidas tomadas neste programa prenderam-se à construção dos distritos industriais em Corumbá-Ladário (MS); em Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS) e o frigorífico de Corumbá Ladário (MS).

• PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

De acordo com os próprios relatórios do PRODEPAN, os programas de transportes, indústria, saneamento, energia, desenvolvimento social e recursos naturais, destinavam-se principalmente a apoiar e desenvolver a pecuária, assim, neste programa, Desenvolvimento da Pecuária, a ênfase foi dada à pesquisa e assistência técnica ao produtor pantaneiro a partir da execução de dois sub-programas: Assistência Técnica. e Pesquisa.

• Sub-programa de Assistência Técnica:

A assistência técnica e extensão rural aos produtores da região ficou a cargo da EMATER-MT, sob a coordenação da EMBRATER, através de seus 9 escritórios regionais distribuídos tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul.

Inúmeras foram as dificuldades apontadas nos relatórios do PRODEPAN, para a efetivação deste programa, destacando-se o grande tamanho da propriedade no pantanal, aliada a uma prática pecuária

eminentemente extensiva. Estes dois fatores, de acordo com o relatório da EMBRATER (1980), dificultaram consideravelmente a introdução de novas técnicas, principalmente vacinação, vermifugação e mineralização do rebanho.

Por outro lado, ainda de acordo com o mesmo relatório, havia pouca receptividade por parte dos fazendeiros, pois quaisquer iniciativas no sentido de modernizar suas atividades, requeriam vultosos investimentos, enquanto que a exploração extensiva, salvo raras exceções, oferecia uma margem razoável de lucro. Não se pode esquecer que, aliado a isto, contava o fato de inexistir no pantanal uma linha de crédito devidamente subsidiada.

- Sub programa de Pesquisa:

Para o funcionamento deste sub-programa o PRODEPAN implantou uma unidade de pesquisa em Corumbá UEPAE, de âmbito estadual, coordenada pela EMBRAPA. A principal meta das UEPAEs, era a adaptação de tecnologia para diferentes regiões, bem como a identificação de problemas que, no âmbito regional ou local, pudessem, de alguma forma, afetar o setor agropecuário.

Como apoio a UEPAE de Corumbá também foi implantado um campo experimental piloto numa área de 1.175ha, no pantanal de Nhecolândia (MS), e mais 6 campos experimentais satélites, 1 em Poconé (MT) e os demais em Mato Grosso do Sul, com a finalidade de difundir os resultados das pesquisas nas diversas regiões do pantanal.

Um outro projeto levado a efeito dentro do sub-programa de pesquisa foi o de levantamento botânico, o qual buscou determinação taxonômica das espécies de gramíneas e leguminosas nativas do pantanal. O desenvolvimento destes estudos ficou a cargo do Centro Nacional de Recursos Energéticos CENARGEN. Este sub-programa ainda contou com o projeto de levantamento de solos, que teve por objetivo classificar os principais grandes grupos de solos da área do pantanal.

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

Este programa, criado em 1.977, objetivava, de acordo com o Relatório do PRODEPAN (1.977), “a implantação de núcleos e atividades de proteção aos recursos naturais, bem como orientação aos pantaneiros, sobre as vantagens de preservação da natureza”. Os projetos previstos dentro deste programa foram:

- **Assistência Técnica à Pesca Artesanal:**

Objetivou a melhoria da renda dos pequenos pescadores e a incorporação de sua produção à economia de mercado.

- **Pesquisas Ictiológicas**

Voltou-se para o conhecimento da ictiofauna do pantanal e a determinação do potencial pesqueiro da região, bem como a melhoria da tecnologia de exploração do setor.

- **Centro de Preservação da Fauna e Flora**

Dentro deste projeto, o PRODEPAN prestou apoio ao IBDF em pesquisa científicas e implantação de infra-estrutura voltadas para a criação de uma reserva ecológica no pantanal.

- **Estação Ecológica do Pantanal Sul**

Voltou-se para a instalação de uma estação ecológica, às margens do rio Negro (MS), mediante convênio entre a Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA e a Universidade de São Paulo USP.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Implantado em 1.977, este programa visava, de acordo com o relatório do PRODEPAN (1.977), “apoiar ações de educação rural, treinamento e capacitação da mão-de-obra pantaneira. No entanto, seus objetivos não puderam ser totalmente atingidos dado a inúmeras dificuldades, desde recursos financeiros, até a aprovação do projeto pelos diversos órgãos envolvidos.

Dentre os projetos previstos no programa social, o que mais avançou foi o de apoio ao sistema de educação rural, que procurou transformar as escolas rurais em pontos terminais de programas sociais. Seus resultados, no entanto, foram poucos expressivos e muitos localizados, já que não atingiram toda a região pantaneira.

Os demais projetos deste programa repercutiram menos ainda na região, como foi o caso do Centro de Treinamento Rural, cujo objetivo era adequar as escolas locais para cursos profissionalizantes. Comportamento semelhante teve o projeto de treinamento para pessoal de navegação em Corumbá (MS).

Em termos gerais, constata-se que os objetivos do PRODEPAN foram amplos e, inegavelmente, provocaram muitas alterações na área pantaneira. No entanto, o pantanal não apresentou um crescimento econômico no mesmo ritmo

do restante do Estado, aliás, o pequeno crescimento verificado pode ser considerado insignificante frente ao que ocorreu e vem ocorrendo nas demais regiões de Mato Grosso.

Embora o PRODEPAN não tenha sido o responsável único e direto por esta situação, pois ela foi provocada pelas diversas políticas de estímulo ocupacional que atuaram no Estado, pode-se apontar alguns pontos de estrangulamento dentro dos diversos programas que compuseram o PRODEPAN, que não propiciaram um maior dinamismo para o Pantanal. Nesta mesma perspectiva, é possível apontar também vários pontos que não foram cogitados, os quais poderiam ter sido enfocados como medidas estratégicas para o desenvolvimento regional. Assim, dentro de cada programa específico, pode-se fazer as seguintes considerações:

PROGRAMA DE TRANSPORTES

É inegável a importância das rodovias no pantanal, pois as mesmas possibilitaram a muitas áreas consideradas quase inatingíveis, comunicações regulares e via de escoamento da produção pecuária. No entanto, pouca importância foi dada à navegação fluvial que é, na realidade, a via de transporte mais condizente para a região. Embora o programa tenha dispensado esforços na modernização do porto de Ladário e obras esparsas de dragagem no rio Paraguai, muito mais poderia ter sido feito no sentido de melhor explorar este grande potencial.

Um exemplo é o próprio rio Cuiabá, antes intensamente utilizado como hidrovia, e que, devido a problemas de assoreamento, não oferece mais condições para navegação de médio e grande porte e que não recebeu, particularmente no trecho que corta o pantanal, a devida atenção no sentido de sua recuperação. Muitos outros rios poderiam ser utilizados como hidrovias, mas foram totalmente esquecidos pelo PRODEPAN.

Quanto ao transporte ferroviário, o PRODEPAN limitou-se a fazer reparos na Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil no trecho Corumbá - Campo Grande (MS), não tendo dispensado esforços no sentido de ampliar este sistema de transporte que certamente traria benefícios enormes para a economia pantaneira.

PROGRAMA DE SANEAMENTO

O pantanal do atual Estado de Mato Grosso pouco se beneficiou com as obras deste programa, pois as mesmas foram dirigidas exageradamente para o pantanal do Sul, como foi o caso da perfuração de poços, o Canal de Paiaguás e o polder hidroagrícola de Corumbá-Ladário.

No caso do polder hidro-agrícola, muitas outras áreas do pantanal, mais ao norte, poderiam ter sido beneficiadas com projetos deste gênero, ao invés de um apenas de grande porte em Corumbá-Ladário. Constata-se, também, que as plataformas de embarque tiveram um número muito reduzido, deixando de beneficiar inúmeras áreas de grande produção pecuária.

Quanto ao sistema de previsão de cheias, o PRODEPAN deu assistência à manutenção da rede hidrométrica do pantanal, distribuída em 16 bases em vários pontos da região, no entanto, não houve a preocupação de fazer chegar até à comunidades pantaneiras rurais os resultados e análises dos dados obtidos nestas estações.

PROGRAMA DE ENERGIA

O programa energético, embora extenso e oneroso, beneficiou mais diretamente as cidades das áreas limítrofes do pantanal, como Cuiabá e Várzea Grande (MT) e Campo Grande, Coxim e Rio Verde (MS). Algumas poucas cidades tipicamente pantaneiras, como Poconé (MT), também se beneficiaram, mas, o meio rural foi pouco atingido, não propiciando quase nenhum benefício à sua população.

O programa de eletrificação rural do pantanal precisa ser urgentemente revisto, inclusive com o incentivo para o aproveitamento dos recursos locais envolvendo pequenas unidades produtoras nas próprias fazendas, com utilização de energia eólica, solar ou mesmo hidroelétrica na áreas limítrofes do pantanal.

PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Os benefícios destes programas foram dirigidos em grande parte para a implantação dos distritos industriais de Cuiabá e Campo Grande, cidades não pantaneiras, mas que absorvem parte da produção regional. As cidades pantaneiras diretamente atingidas foram Ladário e Corumbá (MS) com a

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

A pecuária constitui-se na principal atividade econômica do pantanal e, embora praticada de forma extensiva e com métodos arcaicos, desempenhou, historicamente, um papel de destaque como fonte de divisas para o Estado. Assim o PRODEPAN objetivou, primordialmente, o incremento desta produção, tendo para isto liberado recursos para a criação de inúmeros projetos voltados para sua modernização.

Contudo, o êxito destes projetos foi relativo, não tendo conseguido atingir plenamente os produtores pantaneiros, que continuaram, sob muitos aspectos, a utilizar os mesmos métodos tradicionais. Em relação a utilização de vacinas, vermícidas e mineralização do rebanho, os esforços do PROPEDAN podem ser considerados relativamente bem sucedidos, pois gradualmente os pecuaristas passaram a utilizar estes recursos, eliminando o risco de aftosa.

Quanto ao manejo de pastagens, o PRODEPAM provocou poucas modificações na região e estas, quando ocorreram, quase sempre se restringiram à introdução de novas espécies de gramíneas plantadas, quase sempre limitadas à pequenas áreas. Com relação à introdução de novas técnicas de manejo, o avanço foi em geral muito pequeno e lento.

Muitos fatores contribuíram para o não êxito pleno deste programa, como a falta de divulgação por parte do PRODEPAN junto aos pecuaristas pantaneiros sobre os objetivos do programa e os processos tecnológicos desenvolvidos e suas vantagens. Ao lado disto era imprescindível um programa de crédito e incentivos que dessem aos produtores da região condições de aderirem ao processo de modernização.

Um outro fator de grande importância foi a falta de mão-de-obra mais qualificada, a qual, embora o PRODEPAN, através do programa social, tenha dispensado alguma atenção, não foi suficiente para provocar mudanças na mesma.

Ainda fez falta, para um planejamento mais exato, e atuação mais efetiva do PRODEPAN, um cadastramento prévio sobre o tamanho do rebanho bovino do pantanal. O PRODEPAN foi, ainda, omissos quanto à orientação sobre a comercialização do gado, que era um dos pontos de estrangulamento econômico do pantaneiro.

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA

Inicialmente, embora com restrições, os efeitos deste programa se fizeram sentir na assistência técnica à pesca artesanal, através da orientação sobre comercialização e preservação da fauna ictiológica, bem como regularização de documentação de pequenos pescadores da região. Os demais aspectos do programa voltaram-se à pesquisa de preservação da fauna e flora e ictiológica.

Estes projetos de pesquisa vieram na realidade a se consolidar com a implantação do projeto de Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai - EDIBAP, fruto de um convênio do governo brasileiro- UNPD - OEA, vinculado ao Ministério do Interior e a SUDECO. Este projeto deu grande ênfase às pesquisas sobre os aspectos físicos e recursos naturais da bacia do Alto Paraguai, em particular do pantanal, englobando estudos de climatologia, fisiografia e geomorfologia, geologia, hidrologia, solos, vegetação, fauna e ecologia. Também fizeram parte do projeto os estudos de cunho socioeconômico.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O programa de desenvolvimento social foi um dos mais falhos e inexpressivos dentre todos os programas do PRODEPAN, principalmente no que diz respeito ao meio rural. Os esforços dispensados neste setor não chegaram a provocar modificações palpáveis na situação educacional e social da área, mesmo porque as ações foram muito localizadas e não houve divulgação e implantação por toda a área dos novos programas e técnicas adotadas.

Por outro lado, haveria necessidade de uma adequação ainda maior destes programas com a realidade local e os anseios de sua gente. Antes de tudo, seria necessário a construção de mais escolas no meio rural e cursos com constantes orientações a seus professores, de forma que estes tivessem condições de dirigir o ensino para a realidade local, atendendo as suas necessidades.

Seria preciso, também, levar ao campo, de forma freqüente, cursos voltados para a melhor qualificação da mão-de-obra local e de orientação ao pantaneiro sobre um melhor aproveitamento dos recursos locais. Poderiam ser dados como exemplo, pequeno cursos sobre técnicas pecuárias, hortigranjeiras, princípios de saneamento e outros.

Além de todos estes programas implantados pelo PRODEPAN, muitos outros poderiam ter sido incluídos como é o caso da saúde, turismo, pesquisa voltada a criação em cativeiro e exploração econômica da fauna local e uma política de fiscalização mais efetiva das riquezas naturais regionais. O setor da saúde não foi cogitado pelo PRODEPAN e, no entanto, as comunidades pantaneiras sempre foram extremamente carentes de cuidados médios e sanitários.

Haveria necessidade de instalação de mais hospitais e/ou ambulatórios nos centros urbanos regionais, ou pelo menos melhor equipar os já existentes. Seria importante, também, a criação de unidades volantes que pudessem prestar às comunidades do meio rural, assistência odontológica, vacinação, consultas médicas e outros serviços afins.

As medidas de saneamento foram também negligenciadas. Poderia ter havido, no mínimo, campanhas esclarecedoras à população com relação à importância da utilização de água potável, cuidados higiênicos com a habitação, sanitários e alimentação. Uma outra medida importante teria sido a identificação das áreas contaminadas ou ainda propensas a contaminação e as devidas providências no sentido de saná-las.

Em relação ao turismo, apesar de terem sido tomadas medidas que facilitariam sua exploração, a exemplo da implantação de estradas, este setor não foi abordado, embora já despontasse como importante fonte de divisas em potencial para a região e o Estado, ainda deficientemente explorado.

Quanto a pesquisa para a criação em cativeiro e exploração econômica de algumas espécies da fauna regional, o PRODEPAN não fez nenhuma proposta, apenas o MINTER/EDIBAP (1.979) fez algumas referências a este respeito, recomendado que antes de qualquer iniciativa deveriam ser feitos estudos profundos sobre as espécies de interesse, como a capivara e o jacaré. O PRODEPAN também foi omissivo em relação a uma política de fiscalização ambiental mais atuante para a região, apesar desta consistir sério problema regional.

A análise geral de atuação do PRODEPAN mostra que a região beneficiou-se em muitos aspectos, no entanto seu principal objetivo, que era, em última instância, dotar o pantanal de condições para uma exploração mais intensa de seus recursos, em particular a pecuária, não foi satisfatoriamente atingido, o que é constatado pela análise do comportamento do setor pecuário nos últimos 40 anos,

que apesar de ter se expandido, apresentou taxas crescimento muito inferiores às registradas para o Estado, (tabela 1).

A análise da tabela 1, mostra que, efetivamente, o PRODEPAN não conseguiu cumprir a contento seus objetivos. O pantanal, mesmo contando com seus imensos campos naturais, apresentou taxas de crescimento do setor pecuário muito aquém das observados para o Estado. A explicação desta situação está principalmente no fato das demais regiões do Estado terem contado com programas de incentivos mais objetivos, sistemas de crédito mais atuantes e melhor infra-estrutura em geral, conseguindo assim atrair maciçamente os empresários do Centro- Sul do país que dirigiram-se para Mato Grosso. Esses empresários, por sua vez, mediante emprego de grandes capitais e apoio do governo, obtiveram em pouco tempo um crescimento significativo do setor agropecuário, assim como das demais atividades a que se dedicaram.

Tabela 1

Pantanal mato-grossense: Efetivos bovinos, taxa de crescimento e sua participação no total do rebanho estadual 1970 / 2000					
Estado			Pantanal		
Anos	N ^a de cabeças	TCR %	N ^a cabeças	TCR %	Participação %
1970	1.967.674	-	886.865	-	45,07
1980	5.243.044	166,45	1.080.114	21,79	20,60
1985	6.545.956	24,85	1.097.562	1,61	16,77
1995	14.438.135	120,56	1.266.037	15,34	8,77
2000	18.924.532	31,07	1.582.881	25,02	8,36

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de Mato Grosso 1970 1995
 IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal Mato Grosso 2000
 IHGMT - 2001

Obs: TCR taxa de crescimento relativo

Diferentemente, no pantanal, os investimentos privados quase sempre foram inexpressivos, e o pecuarista local não contou com um apoio maciço por parte do governo, a exemplo dos investidores e produtores das demais regiões do Estado.

ATUAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS E PROGRAMAS NA REGIÃO PANTANEIRA

Outros órgãos, a exemplo do IBAMA, EMATER, INDEA, Secretaria de educação, Secretaria de Saúde e outros, destacaram-se na região, cuja atuação e resultados obtidos ainda não cobriu totalmente as demandas regionais, o que é explicado por inúmeros fatores que ocorrem de forma isolada ou concomitantemente, impossibilitando ou dificultando o alcance nos objetivos propostos. Entre estas dificuldades pode-se citar: adoção de estratégias de ação não adequadas à realidade local; insuficiente número de profissionais envolvidos nos programas; recursos financeiros insuficientes; a dimensão territorial dos estabelecimentos rurais e das unidades municipais e dificuldades de acesso, entre outras. Neste processo, destaca-se a atuação do INDEA, pelo êxito no combate à febre aftosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a atuação das políticas públicas na área do pantanal mato-grossense evidencia os inúmeros desencontros entre as necessidades locais e as determinações governamentais. Assim, se por um lado os diversos programas que atuaram na área pantaneira provocaram modificações na dinâmica ocupacional, por outro, percebe-se que as vantagens dessas modificações restringiram-se, muitas vezes, a grupos específicos, não atingindo o total das comunidades pantaneiras, particularmente, no que refere-se aos seus anseios de melhoria das condições socioeconômicas em que viviam.

Vários foram os fatores que interferiram e dificultaram o alcance social mais justo por parte dos diversos programas de intervenção estatal que atuaram na área pantaneira, com destaque especial para os próprios objetivos dos programas que, via de regra, buscavam o incremento da produção de base empresarial, dotando-a de condições mais competitivas para atingirem o mercado nacional e mesmo internacional.

Contudo, outros fatores também influíram negativamente no processo, entre os quais destaca-se: Falta de dados e pesquisas que melhor orientassem as políticas de planejamento para a área; Deficiente infra-estrutura regional, principalmente vias de acesso que facilitassem o atendimento por igual aos

diferentes pontos do pantanal; Reação por parte do produtores pantaneiros às inovações técnicas, e falta de recursos por parte dos produtores pantaneiros.

Por fim, considera-se que para o êxito de programas de desenvolvimento regional, a exemplo do Prodepan, há necessidade de rigorosa definição das estratégias operacionais, as quais precisam estar estreitamente relacionadas com as condições da área de atuação do programa e, principalmente, ir de encontro aos anseios de sua população, o que consiste em condição fundamental para provocar alterações de ordem econômica e social no seio das comunidades regionais.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanais Mato-grossenses**. Rio de Janeiro. IBGE. 1946.
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso. **Programa de Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso, 1978 - 1980**. Brasília. 1980.
- GEIPOT, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes e MINTER, Ministério do Interior. **Estudo do Sistema Rodoviário Coletor do Pantanal Mato-grossense**. Brasília. 1973.
- IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1970. RJ. 1974.
- _____. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1980**. RJ. 1983
- _____. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1985**. RJ. 1991
- _____. **Censo Agropecuário de Mato Grosso 1995/96**. RJ. 1998.
- _____. **Pesquisa da Pecuária Municipal Mato Grosso 2000**.
- MINTER Ministério do Interior. **Atuação do Minter**. Brasília. 1978.
- MINTER Ministério do Interior e SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste. **Estudos de desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai EDIBAP**. Relatório da 1ª fase. Tomo II. Brasília. 1979.
- PORTO, Bento Souza. **Estudos preliminares para um Programa de Desenvolvimento do Pantanal de Mato Grosso**. Cuiabá, texto mimeografado. 1972.
- SEPLAN Secretaria de Planejamento da Presidência da República e IPEA Instituto de Planejamento Econômico e Aplicada. **Programa de desenvolvimento do Pantanal Proposta de Programação para 1977**. Brasília. 1977.
- _____, Programa de Desenvolvimento do Pantanal - **Relatório de Acompanhamento 1977**. Brasília. 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo.** Cuiabá. IHGMT. 1997.

SOUZA-HIGA, Tereza C. C. **Aspectos da Organização do Espaço em um trecho do Pantanal de Mato Grosso.** Rio Claro, SP. Dissertação de Mestrado. UNESP. 1987.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso. **Processo de ocupação do pantanal mato-grossense.** *Revista Mato-grossense de Geografia.* Ano 1, nº 00. Cuiabá. EdUFMT. 1995.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso e HIGA, Nilton Tocicazu. **Pantanal mato-grossense: o papel da pecuária na produção do espaço regional.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* vol. 59. 2001. Cuiabá. Editora Entrelinha. p 113 126. 2001.

VALVERDE, Orlando. **Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá.** *Revista Brasileira de Geografia.* 1(34) 49 144. Rio de Janeiro. IBGE. 1972.